

# Instrução Primária nas Colônias Agrícolas da Amazônia na Segunda Metade do Século XIX

*Primary Education in Agricultural Colonies  
the Amazon in Second Half XIX Century*

---

**Vitor Sousa Cunha Nery**

Docente da Universidade do Estado do Amapá  
E-mail: vitor\_cunhanery@hotmail.com

**Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza  
Avel França**

Docente do Professora do Programa de Pós  
Graduação em Educação da Universidade do  
Estado do Pará-UEPA.  
E-mail: socorroavelino@hotmail.com

O século XIX é considerado, por muitos estudiosos da história da educação, como o “século da instrução primária”, no mundo e no Brasil. Isso nos motiva a tematizar no presente artigo a história da instrução primária nas colônias agrícolas na província do Pará na segunda metade do século XIX.

A criação de colônias agrícolas na Amazônia foi uma forma encontrada pelos governos provinciais do Pará e do Amazonas para tentar resolver o problema da falta de alimentos causado pelo aumento da atividade extrativista da borracha na região e devido muitos agricultores terem deixado suas plantações para viver do extrativismo que lhe garantia melhores lucros devido o alto preço do produto nos mercados de Belém e Manaus.

As colônias agrícolas eram também chamadas de núcleos coloniais, tratava-se de áreas de terras que deveriam ser ocupada por colonos estrangeiros e colonos nacionais. Para viver nesses locais os colonos eram submetidos a regras definidas pelo governo provincial e executadas pelos diretores das colônias, nomeado pelo presidente da província e responsável pelo núcleo colonial.

A implantação de colônias agrícolas na Amazônia teve início com a empresa do Barão de Mauá, a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, em 1854. Um das exigências feitas pelo governo brasileiro para liberar a navegação do rio Amazonas para a companhia do Barão de Mauá foi que a empresa fosse capaz de introduzir imigrantes estrangeiros nas províncias do Pará e Amazonas.

A lei nº 226 de 15 de dezembro de 1853 estimulou ainda mais o incentivo a imigração estrangeira para a região. Para isso, o governo deveria reservar dos seus recursos um determinado valor em dinheiro que seria emprestado a emprestado que se propusessem a introduzir imigrantes europeus ou americanos na Amazônia. Estes imigrantes deveriam ser utilizados, prioritariamente, em estabelecimentos agrícolas, como fazendas e núcleos coloniais.

Mas, as colônias agrícolas criadas no Pará e Amazonas não serviram apenas para receber imigrantes estrangeiros. Em 1877, uma grande seca atingiu as províncias do Nordeste do Brasil, obrigando muitos nordestinos a migrarem para Amazônia. Diante desse grande número de pessoas que chegou a região, os governos do Pará e Amazonas se viram obrigados a construir outras colônias agrícolas.

Considerando esse cenário, nos propomos nesse artigo analisar a instrução primária nas colônias agrícolas da Amazônia na segunda metade do século XIX, em especial na província do Pará. Apoiando-se metodologicamente em extensa e cuidadosa pesquisa documental que inclui relatórios de presidentes da província do Pará, relatórios de diretores da instrução pública, legislação educacional e jornais da época como “O Liberal” e a “A Constituição”.

Essas fontes foram pesquisadas na Biblioteca Pública do Pará Arthur Viana, Arquivo Público do Estado do Pará, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional.

Os documentos “oficiais”, como relatórios de presidentes da província do Pará e de diretores da instrução pública, se mostraram relevantes fontes para essa pesquisa, pois por meio deles foi possível fazer o mapeamento geográfico e estatístico da instrução pública na província do Pará, na década privilegiada. Para Gatti Júnior e Araújo (2002), esses documentos, além de permitirem perceber a “fala” oficial e autorizada, serviram igualmente comparar e relacionar, no corpo dos relatórios, a instrução pública com as demais esferas

do poder público provincial, por exemplo, a saúde, o comércio, a infraestrutura, dentre outras.

As legislações educacionais e os regulamentos escolares também foram utilizados na pesquisa. Segundo Faria Filho (1998), esses documentos, reconhecidos como práticas sociais e produzidos pelos sujeitos históricos, remeterem a diversos aspectos da vida social e revelam seus interesses e desejos, configurando-se enquanto espaços, objeto e objetivo de lutas políticas.

Os jornais locais permitiram descortinar um novo mundo, mais rico em detalhes e mais dinâmico no âmbito das relações sociais. De acordo com Nóvoa (1997) os jornais não apenas servem para fornecer a memória dos percursos educacionais, mas, sobretudo, permitem compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das ideias pedagógicas ou das práticas escolares, uma vez que tudo é produto de uma construção social.

Para compreender o processo de implantação e organização da instrução primária nas colônias agrícolas da província do Pará na segunda metade do século XIX, foi realizada a fundamentação em teóricos da “História Cultural” que, segundo Chartier (2002 p.16), tem por “[...] principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. O autor esclarece também que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, pois elas menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Idem p. 17).

A história cultural é o resultado de um diálogo que se estabeleceu, desde os anos de 1960, entre a sociologia, a antropologia e a história. Nessa abordagem, a cultura é entendida como:

Uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já é um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p.15).

A história cultural também estuda quem produz a cultura, como os intelectuais, artistas, políticos etc., ou seja, as “mentalidades” são de grande utilidade para compreender as atitudes de homens e mulheres “perante a morte, a família, a sexualidade, o poder, a religião, a educação, entre outros”. E, se ela alcançou todo esse espaço, foi somente porque “garantiu o elo entre as representações e as práticas, entre o individual e o coletivo, oferecendo a cada uma das histórias especializadas seu alcance geral” (PESAVENTO, 2008, p.186).

Essa nova forma de escrever a história da educação, “[...] tem possibilitado olhar a educação escolar no Império de um ponto de vista enriquecido [...]” (HILSDORF, 2003, p.41). As pesquisas sobre a instrução primária no período imperial têm trazido à luz vários aspectos que até então estavam na penumbra, na invisibilidade, permitindo traçar um novo “quadro geral” da instrução pública primária no Brasil no século XIX e no caso desse estudo também na Amazônia.

## Expansão da Instrução Primária na Província do Pará

Na segunda metade do século XIX, os governantes da província do Pará, empregaram em seus discursos os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução pública a todos: às “classes populares”, às “massas” e às “mais longínquas localidades”.

Com base no conceito de Chartier (1998), é possível observar que as representações do mundo social são expressas nos discursos políticos contidos na documentação oficial: legislações, relatórios, e ofícios de dirigentes locais.

Esses discursos estiveram presentes na legislação e nas práticas educacionais dos presidentes da província do Pará. E o jornal “Província do Pará” do ano de 1876, expressou a aspiração das autoridades da província no referido período, imbuídos do desejo de estender a instrução popular aos mais longínquos lugares.

[...] Queremos a instrução primaria derramada por todos os ângulos, por todas as cidades, por todas as villas, aldêas, freguezias, povoações da província. Onde houver um fôlego humano para quem o alfabeto for um phantasma, um enigma indecifrável, ahi queremos um professor. Porque só assim atingiremos o pé de nação civilisada, porque emfim só a luz da instrucção pode libertar o povo brasileiro da ignorância em que se debate [...] (PROVINCIA DO PARÁ, 1876 p. 3).

Esta representação da instrução como uma fórmula de transformação do homem vem ao encontro do pensamento que circulava pelo território brasileiro, o qual percebia a escolarização da população, sobretudo a das camadas mais pobres, como um imperativo para o desenvolvimento do Estado nacional e da civilidade.

Esse anseio trazia consigo o desafio das enormes distâncias que separavam as povoações da província do Pará, tanto que o acesso a muitas localidades só era possível por meio dos rios.

Segundo Rizzini (2004), a população da província do Pará vivia dispersa pelo vasto território, dedicava-se às atividades extrativas e à pequena agricultura, em sítios afastados dos núcleos populacionais, o que constituía enorme desafio à difusão da instrução primária. Tal argumento foi explorado exaustivamente pelos presidentes da província do Pará em seus relatórios.

Nas décadas de 1860 e 1870, houve, por parte do governo provincial paraense, intensa mobilização em prol da instrução pública primária, quando os relatórios provinciais registraram significativo aumento no número de escolas e de alunos matriculados, conforme podemos observar no Quadro 1.

### **QUADRO 1 - Número de escolas primárias públicas e alunos na província do Pará (1840-1880)**

Ano	ESCOLAS				ALUNOS		
	Masculinas	Femininas	Mistas	Total	Meninos	Meninas	Total
1840	36	1	-	37	738	25	763
1850	38	4	-	42	1.158	134	1.292
1860	62	14	-	76	3.036	560	3.596
1870	80	27	-	107	3.778	882	4.660
1872	92	72	-	164	-	1.012	5.592
1875	-	-	-	226	4.580	-	10.576
1880	174	71	5	250	-	-	12.102

Fonte: Pará (1840-1880).

Os dados escolares divulgados pela diretoria de instrução pública da província do Pará basearam-se em mapas enviados pelos professores públicos.

Mas esses mapas eram considerados, quase unanimemente, como irrealistas, pois muitas vezes os professores anotavam o número de alunos matriculados, mas não os que efetivamente frequentavam as aulas.

As documentações oficiais da província do Pará anunciavam o firme propósito de disseminar a educação e a instrução pelo interior amazônico e estender o seu alcance às mais diversas categorias sociais da população mais pobre.

Apesar de não citar aqui todas as estatísticas sobre a instrução primária paraense, considera-se relevante mencionar a importância que os números da educação escolar assumem para o governo provincial naquele período. Eles exibem, de um lado, a valorização dada por determinada administração à educação de seus governados e, por outro, expõem as dificuldades enfrentadas para investir em uma das áreas em que os discursos eram mais exaltados: da educação e da instrução popular.

Dentre as estratégias de disseminação da instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX, está a criação de escolas primárias agrícolas, conforme registros do relatório do presidente da província do Pará, Ângelo Thomaz do Amaral, datado de 1861.

## Escola Primária Agrícola

As colônias agrícolas na província do Pará tinham o propósito, entre outros, o de abrigar os imigrantes estrangeiros e as populações que estavam dispersas no interior da província; o que constituiu a superação de um dos principais problemas quanto à expansão da instrução pública aos mais longínquos lugares da Amazônia.

Uma das escolas criadas foi a Escola Rural D. Pedro II, em 1861, que tinha como objetivo desenvolver a lavoura de cana de açúcar e a pecuária, conforme o seu regimento. A escola funcionava na “Fazenda provincial Pinheiro”, situada na confluência do rio Maguary com o Guajará, em um lugar aprazível e saudável, nas proximidades de Belém (PARÁ, 1861, p.13).

De acordo com Nunes (2011, p. 372) a educação agrícola materializada na implantação da Escola Rural D, Pedro II, que objetivava assegurar valores

associados à ideia de prosperidade, progresso e civilização, faziam parte dos interesses dos grupos sociais da Amazônia.

Segundo o regimento da “Escola Rural D. Pedro II” era ministrado o ensino primário, além das práticas agrícolas, ensinando tanto na teoria como na prática, destinando-se a formar trabalhadores, operários, feitores e administradores para trabalhar nos estabelecimentos rurais. Tinham acesso a esse ensino, de preferência órfãos desvalidos, filhos de ex-escravos, índios e colonos de poucas posses, tanto no sistema de internato como externado, enfim, acolhiam todas as pessoas que quisessem se instruir nessa modalidade educativa (PARÁ, 1861 p. 13).

A escola rural se afirmaria como espaço de combate àquilo que se convencionou chamar de “vida ambulante” dos povos amazônicos, numa referência aos constantes deslocamentos das populações pelo interior da floresta (NUNES, 2011, p. 372).

Acreditava-se que as crianças com os novos aprendizados no espaço escolar rural, principalmente de valorização da agricultura em detrimento a outras atividades econômicas, seriam importante elemento para convencer os pais a desenvolverem atividades agrícola, assim permitiriam que as experiências desenvolvidas na escola rural pudessem ser transportadas para as lavouras particulares, dinamizando a produção, aumentando os recursos dos proprietários.

A fazenda Pinheiro possuía terras próprias para o cultivo de cana de açúcar, do cacau, da mandioca, e também devido as grandes extensões de matas foi utilizada na extração de madeira e fundação de uma vasta escola florestal.

A referida fazenda também possuía a estrutura necessária para o desenvolvimento de algum outro ofício, pois além da lavra da terra, podiam ainda ser encontrados, como uma extensa olaria, bons barros e excelente água potável, onde os alunos tinham a opção de desenvolver a fabricação de telhas e tijolos (NUNES, 2011 p. 372).

Nove milhas de distância, por água, e outras tantas por terra, da cidade de Belém, consistia em mais um condicionante favorável para a implantação da escola D. Pedro II, na fazenda Pinheiro, isto porque não estava afastada do núcleo urbano da província, a ponto que facilitaria mandar diretamente ao mercado seus produtos.

Por outro lado, se pretendia que a fazenda Pinheiro, se constituísse em espaço para recebimento de colonos, principalmente estrangeiros, pois a expectativa era que em breve tempo as terras da fazenda e do seu arredor iriam se valorizar. E a instalação da escola D. Pedro II, na fazenda permitiria essa valorização, atraindo colonos que buscavam se utilizar dos conhecimentos desenvolvidos com ensino agrícola.

Esperava-se que muitos desses colonos, incluindo imigrantes estrangeiros, prefeririam se estabelecer em terras nos arredores da fazenda, assim o governo provincial solicitou autorização da Assembleia Legislativa da província para que essas terras fossem “divididas e aforadas a quem nelas quisessem se estabelecer, dedicando-se a lavoura da cana para moerem na fábrica do próprio estabelecimento de ensino” (PARÁ, 1861 p.13).

Prevendo este resultado mais ou menos próximo foi disposto no regulamento da D. Pedro II, que os estrangeiros que demandarem para o país, na intenção manifestada e decidida de se dedicarem na lavoura da cana de açúcar, poderiam permanecer na escola rural alimentados, tratados nas moléstias e aproveitados nos respectivos trabalhos, ate que encontrassem ocupação.

Foi disposto ainda pela administração provincial que o diretor da escola se obrigasse a levantar um plano e organizar o orçamento para a construção da estrada de comunicação entre a fazenda Pinheiro e a cidade de Belém. E depois de aprovado pela presidência da província começar a sua abertura com os recursos e com as consignações que a Assembleia legislativa votasse.

O diretor também deveria verificar quais os terrenos devolutos existentes na direção da estrada e à margem do rio Maguari, que pudesse ser utilizado como espaço para abrigar esses novos colonos que chegavam à província do Pará.

Outras propostas de implantação da escola agrícola D. Pedro II, era recebida pela presidência da província do Pará, como por exemplo, a proposição do Coronel José do Ô de Almeida, que disponibilizaria a fazenda Nossa Senhora do Ó, na Ilha das Onças.

A implantação da escola neste local se justificaria no sentido de que os alunos poderiam aproveitar as experiências de colonos que já ocupavam par-

te da fazenda, e cultivavam alguns produtos, principalmente cana de açúcar, além do que a fazenda disponibilizava engenho para preparação de aguardente e açúcar.

Outra proposta foi a do cidadão Bruno Álvares Lobo, que disponibilizaria uma de suas chácaras, a de São João, nos arredores de Belém, com o mesmo fim, mediante aluguel anual de 6:000\$000, mas também estava aberto a negociar com o governo provincial um valor menor.

Para responder negativamente as referidas propostas, o governo buscou considerar que um estabelecimento tal qual seria a Escola D. Pedro II, na medida em que se devolvesse, fazia do solo “dispendioso melhoramentos”, e por isso não poderia deixar de ser fundado em propriedades públicas (PARÁ, 1861 p. 14).

Considerando o regulamento de criação da Escola Agrícola “D. Pedro II”, de 01 de maio de 1861, a escola compreenderia uma instituição de instrução primária, na qual o educando desenvolveria o ofício de leitura, tendo como temática os rudimentos da agricultura e os princípios que pontuavam a atividade agrícola como a mais importante das tarefas sendo que neste espaço de aula se aproveitaria para apresentar as conferências teóricas e o ensino religioso e moral.

Registrava-se também no regulamento, uma biblioteca com livros específicos sobre a agricultura e a administração de estabelecimentos agrários, uma sala de exposição para amostragem dos experimentos que fossem desenvolvidos pelos alunos e um depósito de máquinas instrumentos aratórios para uso do estabelecimento e fornecimento dos lavradores que os requisitassem.

A implantação da escola D. Pedro II, na província do Pará, surgiu em um momento de entusiasmo do Ministério da Agricultura com a defesa do ensino agrônomo no país, conforme registra o relatório do Ministério da Agricultura de 1861, onde foram implantadas quatro associações rurais nas respectivas províncias: Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. O compromisso dessas entidades era a “criação de escolas normais de agricultura” (BRASIL, 1861, p. 11).

Segundo Del Priore & Venâncio (2006), estes estabelecimentos de ensino, tinham por objetivo, conforme defendia o próprio Ministério da Agricul-

tura, “regenerar” a mão de obra do campo, tanto no que dizia a respeito aos efeitos negativos da escravidão, quanto ao desejo de que novas técnicas de plantio fossem desenvolvidas, a ponto de expandir as áreas agrícolas não apenas do ponto de vista territorial, mas de implementos e máquinas.

A expectativa era que na medida em que houvesse o crescimento dos lucros da Escola Rural D. Pedro II, aumentasse também o número de internos de modo a poder ser ali recebido todos os jovens, incluindo indígenas, encaminhados pelas autoridades competentes e em poucos anos se espalharia pelo interior da província do Pará.

De acordo com Rizzini (2004 p.23), a educação na região amazônica no século XIX, especialmente na província do Pará, era acompanhada de uma perspectiva de sedentarizar a população do interior. Tratava-se, segundo a autora, de necessidades reclamadas pelos administradores locais, o que estava associado em geral às comunidades indígenas.

Assim sendo, a Escola Rural D. Pedro II, passa a ser pensada como instrumento de combate aos costumes considerados não civilizados e a implantação de novos hábitos condizentes com que se defendia como sociedade moderna. Na agricultura parte da materialização desses valores estava na sedentarização e no uso de outras técnicas e instrumentos de cultivo, uma vez que o homem, com essas novas práticas, deixava a condição de completa dependência dos ritmos da floresta para se tornar produtor do seu próprio alimento.

Nessa mesma região onde estava situada a Escola Rural D. Pedro II, em 1875, foi fundada a colônia de Benevides. Nessa área permaneceram imigrantes de diversas nacionalidades, como: franceses, italianos espanhóis, belgas, suíços, portugueses, e ainda brasileiros, particularmente nordestinos. Não se sabe o certo o número de indivíduos que teriam entrado na colônia de Benevides.

De acordo com Muniz (1916) haviam entrado na colônia de Benevides 364 pessoas, mas apenas 117 teriam permanecido no núcleo. Bulamarqui (1984) afirma que 179 teriam se deslocado para a referida colônia, tendo restado somente 32. Mais tarde, a colônia de Benevides assumiu um caráter misto, recebendo um número considerável de nordestinos, particularmente de cearenses.

## Escolas Primárias na Colônia Agrícola de Benevides

Segundo o relatório do presidente da província, José Coelho de Gama e Abreu, foram implantadas também algumas escolas primárias na colônia agrícola de Benevides, distante alguns quilômetros de Belém. A diretoria do mesmo estabelecimento, nos primeiros meses de 1879, esclarecia em ofício enviado a diretoria de instrução pública, em 2 de agosto de 1880, que ali funcionava uma escola para crianças do sexo feminino, duas do sexo masculino e uma noturna, que atendiam alguns colonos que tivessem interesse em aprender as primeiras letras (PARÁ, 1880, p.1).

A princípio, a implantação de uma instituição pública de instrução primária agrícola em Benevides, tinha como objetivo, atender a imigração europeia. Porém os primeiros imigrantes estrangeiros que chegaram a colônia de Benevides, segundo o relatório do presidente da província Domingos José da Cunha Junior, revelou considerável contraste em relação às imagens difundidas no Brasil, que associavam imigrante, principalmente europeu, como capaz de “preparar e cultivar as terras”, elevando as profissões agrícolas na província do Pará, visto que o chegados à Colônia Benevides não se mostraram preparados para tanto (PARÁ, 1873 p. 25).

Com a chegada de várias famílias de migrantes nordestinos e a existência de muitas crianças, foi criada a primeira escola primária da colônia agrícola de Benevides, segundo o jornal “O Liberal do Pará” de 6 de abril de 1879, a citada escola estava sob a direção da professora Filomena Rodrigues da Silva, que cuidava da educação das meninas; as duas do sexo masculino sob os cuidados do padre Lyra e do professor José Valhão de Vasconcelos. A escola que funcionava à noite esteve sob a guarda do professor Antonio Duarte Balby (LIBERAL DO PARÁ, 1879, p.01).

O ensino da leitura e escrita, associado aos valores religiosos constituía a base de ensinamento nessas escolas; situação que pode ser evidenciada pela apresentação do nível de conhecimento dos alunos avaliada pelo padre Lyra, além da presença do pároco como um dos professores. De acordo com os dados da administração da colônia, dos 161 alunos matriculados de 1º de agosto a 6 de setembro de 1878, e que estavam sob os cuidados do padre Lyra, esse fazia questão de destacar que: “143 começavam a ler o “a-b-c”, sendo que 13 balbuciavam as primeiras sílabas, 3 já soletravam nomes, e outros 3 possuíam princípios de leitura” (O LIBERAL, 1879, p. 01).

Essas escolas dedicavam-se ao ensinamento da leitura, escrita, quatro operações aritméticas, noções práticas do sistema métrico, doutrina cristã e da religião do Estado, e costura para as meninas. No caso de ensinamentos mais adiantados como a gramática portuguesa, caligrafia, desenho linear, aritmética avançada, elementos de geometria, de geografia e de história. Eram ministrados somente nas escolas públicas da capital ou nas sedes dos municípios mais populosos. Caso houvesse interesse de continuar os estudos era necessário que os filhos dos colonos se deslocassem para essas localidades; o que quase sempre não ocorria (O LIBERAL, 1879, p. 1).

A criação de escolas na Colônia Benevides estava circunscrita a um contexto marcado por discursos que tinham como propostas a disseminação da instrução pública a todos os habitantes da província. De acordo com as autoridades provinciais o desafio era a expansão das escolas aos lugares distantes e pouco povoados.

Dir-se-ia que o conceito de ensino pensado pelas autoridades locais remetia ao surgimento de um espaço educacional articulado aos interesses do Estado. No entanto, há de se considerar as resistências, conflitos e diversidades de práticas pedagógicas que caracterizaram a implantação e implementação da forma moderna de educação pensada para o país.

As escolas públicas primárias, responsáveis pelo ensino das primeiras letras, eram quase sempre isoladas; ou seja, cada escola tinha um professor que regia uma aula, atendendo a alunos de várias idades, entre 6 e 15 anos.

No caso de escolas com grande número de crianças, estas podiam ter o auxílio de um professor adjunto, o que não resolvia o problema do ensino simultâneo, visto que crianças de diferentes faixas etárias e adiantamentos frequentavam o mesmo espaço, conforme ofício da diretoria de instrução pública publicado no jornal “O Liberal do Pará” em 1879, endereçado ao Delegado Literário do Núcleo Colonial de Benevides.

Ao delegado literário do Núcleo Colonial de Nossa Senhora do Carmo de Benevides, informe qual a frequência da escola regida pelo professor interino José Valião de Oliveira, e se o mesmo carece de um adjunto, enviando-me um mapa dos alunos matriculados na referida escola (O LIBERAL DO PARÁ, 1879 p.1).

A casa utilizada como escola era alugada pelo professor ou professora, que neste mesmo espaço morava com a família, reservando um dos cômodos

para a função pública; o que não deixava de se constituir em edifícios improvisados. A escolha da casa cabia ao mestre; o que levava os visitantes das escolas, responsáveis pela fiscalização destes estabelecimentos, à denúncia de que, em geral, as residências eram acanhadas, anti-higiênicas e sem ventilação.

No interior, faltavam habitações apropriadas, levando, em alguns casos, à instalação de escolas em verdadeiras palhoças. A falta de utensílios, móveis e livros faziam com que os professores a utilizassem o que tinham à mão e ao que estavam habituados. Os meios disciplinares, quase sempre, extrapolavam o permitido por lei, fazendo com que as crianças aprendessem sob o jugo do “terror do mestre”, como diziam alguns visitantes. No caso específico da Colônia Benevides as escolas funcionavam em prédios improvisados, sendo que nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e outra nos fundos da diretoria do núcleo. Essas duas escolas atendiam até 50 crianças, cada uma (O LIBERAL, 1879, p. 1).

As dificuldades de se implantar um ensino regular na província do Pará, que garantisse a permanência dos educandos nas escolas públicas resultavam de duas situações: de um lado não havia ações do poder público para criar espaços condizentes e capazes de atender os educandos, por outro havia uma resistência dos colonos em encaminhar os filhos para os improvisados estabelecimentos de ensino.

Nesse caso, o diretor de instrução pública do Pará em 1877, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, lamentava que em boa parte das escolas fossem pouco frequentadas devido ao período de colheita da borracha, quando os povoados eram abandonados por muitos de seus habitantes (PARÁ, 1877, p. 41).

Os estudos sobre a instrução nas diversas localidades do Pará, incluindo as escolas implantadas nos núcleos coloniais, reforça a ideia de que a atividade extrativa seria o grande obstáculo para o desenvolvimento do ensino.

Sobre essa questão, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, identificou que nos locais “em que eram mais disseminadas a população, menos frequentadas eram as escolas”; outra observação é quanto aos lugares em que a população “entrega-se à extração da borracha”; as escolas, em certa época do ano, “ficam quase despovoadas”, ao passo que as escolas implantadas em localidades que vivem da lavoura e da pesca, “estas têm grande número de alunos matriculados, e a frequência nos diversos meses do ano é quase sempre a mesma” (PARÁ, 1877, p. 41).

Nesse aspecto, de acordo com o relatório do presidente, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, a lavoura deveria ser responsável pela mudança de hábitos dos colonos na província do Pará; uma vez que, através da agricultura, eles deixariam a “vida errante” em que estavam habituados (PARÁ, 1876, p. 6).

Pensava-se que agricultura seria um importante elemento de garantia de fixação do colono em determinada área, ao contrário do extrativismo, não vai exigindo constantes deslocamentos das populações pelo interior da província. Mas, na Colônia Benevides a agricultura teve outro efeito, quando relacionada à criação de espaços de instrução pública primária, como por exemplo, a pouca presença de crianças frequentando o núcleo colonial.

O que para os professores poderia ser uma opção dos pais, segundo o auto de inquérito da polícia de 13 de junho de 1879, no caso da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, de 44 anos e moradora de Benevides desde 1878, tratava-se da necessidade de mais braços para o trabalho no roçado. Afinal os seus três filhos ajudavam nas atividades de capina e plantio; uma vez que o auxílio necessário, pois era preciso abreviar o quanto antes o trabalho de cultivo, uma vez que, os colonos recém chegados a Benevides se estenderia apenas por seis meses (AUTO DE INQUERITO, 1879, p. 01).

Considerando o período de limpeza dos terrenos (final de agosto, setembro e outubro), o de plantio (início de novembro e dezembro) e primeira capina (final de janeiro e início de fevereiro), observa-se que são os meses de novembro, dezembro e fevereiro em que se atinge menor frequência nas escolas primárias. No caso da turma do professor Antonio Balbi, que tinha 119 alunos matriculados, menos da metade, 53, frequentava a escola no período de cultivo nos lotes; o que comprova a situação de que muitos colonos, a exemplo da cearense Maria Francisca do Espírito Santo, que aproveitava o trabalho dos filhos para adiantar os serviços de plantio.

## Considerações Finais

A agricultura embora fixasse o homem a terra, a esta era ainda atribuída à capacidade de facilitar a propagação do modelo de educação pensada pelas autoridades imperiais.

No entanto há de se considerar que a identificação dos colonos com o modelo proposto de ensino e a dinâmica de trabalho dos colonos parecem se constituir como elementos decisivos nesta questão, seja para facilitar a implementação dessas proposições de ensino, seja para negá-la; pelo menos é o que mostra a experiência das escolas primárias nas Colônias da província do Pará na segunda metade do século XIX.

Entendemos que este estudo contribui para a escrita da história da educação na Amazônia, trazendo para discussão a instrução primária agrícola na província do Pará na segunda metade do século XIX. Acreditamos que este estudo fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino, bem como outros períodos da instrução na província do Pará.

---

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo analisar a instrução primária nas colônias agrícolas da Amazônia na segunda metade do século XIX, em especial na província do Pará. Para atingir tal propósito, tomamos como fontes principais de análise os relatórios dos presidentes da Província do Pará, Legislação educacional e jornais da época como “O Liberal” e a “A Constituição”. Uma das estratégias adotadas pelo governo provincial para disseminar a instrução pública, foi a criação de escolas agrícolas primárias, como por exemplo, a Escola Agrícola Rural D. Pedro II e as Escolas Primárias da Colônia Agrícola de Benevides. As colônias agrícolas na província do Pará tinham como propósito entre outros, o de abrigar os imigrantes estrangeiros e as populações que estavam dispersas no interior da província; o que constituía na superação de um dos principais problemas quanto à expansão da instrução pública aos mais longínquos lugares da Amazônia. Diante disso buscamos compreender a quem era destinada essa instrução primária agrícola? O que era ensinado nessas escolas? Entendemos que este estudo contribui para a escrita da história da educação na Amazônia, trazendo para discussão a instrução primária agrícola na província do Pará na segunda metade do século XIX. Acreditamos que este estudo fomentará outras pesquisas acerca da história da educação na Amazônia, sobre outros níveis de ensino, bem como outros períodos da instrução na província do Pará.

**Palavras-chave:** Colônias Agrícolas - Instrução Primária - Província do Pará - Século XIX.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze primary education in agricultural colonies Amazon in the second half of the XIX century, especially in the province of Pará. To achieve this purpose, we take as main sources of analysis reports of the presidents of the province of Para, legislation educational and newspapers of the time as “The Liberal” and “The Constitution”. One of the strategies adopted by the provincial government to disseminate public education was the creation of primary agricultural schools, such as the Rural Agricultural School D. Pedro II and Primary Schools of Agricultural Benevides Cologne. Agricultural colonies in Pará province were intended among others, to house foreign immigrants and people who were dispersed within the province; what constituted in overcoming one of the main problems regarding the expansion of public education to the far reaches of the Amazon. Therefore we seek to understand who it was intended that agricultural primary education? What was taught in these schools? We understand that this study contributes to the writing of the history of education in the Amazon, bringing to discussion agricultural primary education in the province of Pará in the second half of the XIX century. We believe that this study will promote further research on the history of education in the Amazon, on other levels of education as well as other education periods in the Pará province.

**Keywords:** Agricultural Colonies - Primary Education - Pará Province - XIX century.

## Referências

A CONSTITUIÇÃO. Belém, 26 de agosto de 1877.

AGUIAR, Keila de Sousa. **Trabalho, família e habitação:** cotidiano dos migrantes nordestinos na capital paraense 1898-1908. Departamento de História da UFPA. (Monografia). Belém, 2001.

ARAÚJO, Teresa Corrêa de; DABAT, Cristiane & DOURADO, Ana. “Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 407-436.

AUTO DE INQUÉRITO DA CHEFATURA DE POLÍCIA. Arquivo Público do Estado do Pará. 13 de junho de 1879.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** formação social e cultural. Editora Valer, Universidade do Amazonas. Manaus, 1999.

BRASIL. Relatório do ano de 1861 apresentado a Assembléia Geral na 2ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manuel Felizardo de Souza de Melo. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Lamert, 1862.

BULAMARQUI, Ruth. **Transformações demográficas numa economia extrativa:** Pará 1872-1920. Dissertação de Mestrado em História da Universidade do Paraná. Curitiba, 1984.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na economia da Borracha (Belém 1870-1920)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento de 1920**. População do Brasil por Estados, Municípios e Districtos segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade (p. 308). Rio de Janeiro: Typ de estatísticas, 1926.

LOBATO, Júlio. **Notas de um repórter:** reportagens nos hotéis e padarias de Belém. Belém: Typ. F. Lopes, 1916.

MUNIZ, Palma. **Estado do Grão-Pará:** imigração e colonização. História e Estatística 1616-1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NOZOE, Nelson; BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Os refugiados da seca: emigrantes cearenses 1888-1889**. NEHD-NEPO-CEDHAL. Campinas: São Paulo, 2003.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo:** Estado imperial e agricultura na Amazônia. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 16 de março de 1874.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 29 de agosto de 1879.

O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 30 de agosto de 1879.

PARÁ. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da décima segunda Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da mesma província, em 17 de agosto de 1861. Typ. Diário do Gram-Pará, 1861.

\_\_\_\_\_. Falla com que o Excl. Sr. Dr. João Capistrano bandeira de Mello Filho, abriu a segunda sessão da vigésima legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.

\_\_\_\_\_. Relatório dirigido a Assembleia Legislativa do Pará na segunda sessão da vigésima segunda legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará Typ. Diário de Notícias do Costa & Campbell, 1881.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia (1900-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VERISSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia**: Expansão e decadência (1850-1920). Hucitec: Edusp. São Paulo, 1993.

RECEBIDO EM AGOSTO DE 2014

APROVADO EM OUTUBRO DE 2014